POLÍTICAS DE AQUISIÇÃO DE ACERVO:

INSTRUMENTOS DE GESTÃO E DE MEMÓRIA INSTITUCIONAL

LEONARDO DA SILVA VIEIRA, UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, SÃO PAULO, SÃO PAULO, BRASIL.
Graduado em História pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Mestre em Museologia pelo Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia da USP. Atualmente desenvolve e coordena projetos culturais ligados à memória, cultura e patrimônio em bairros da zona leste da cidade de São Paulo, por meio do Coletivo Memória e Resistência. Foi estagiário do Serviço de Objetos do Museu Paulista da USP e bolsista do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid), pela Capes. Bolsista de Iniciação Cientifica pela Fapesp e do Programa Aprender com Cultura e Extensão, da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão da USP, no Museu de Arte Contemporânea (MAC-USP).
E-mail: leonardo.silva.vieira@usp.br

DOI
http://dx.doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v14i27p244-266

RECEBIDO
15/03/2019
APROVADO
24/06/2019

POLÍTICAS DE AQUISIÇÃO DE ACERVO: INSTRUMENTOS DE GESTÃO E DE MEMÓRIA INSTITUCIONAL

LEONARDO DA SILVA VIEIRA

RESUMO

Este artigo trata da importância de documentos relativos à gestão de acervos museológicos, em especial acerca dos padrões e métodos de aquisição de acervo, para a racionalização e a memória das práticas institucionais. Também compartilhamos alguns dados obtidos durante a pesquisa de mestrado intitulada *Apontamentos acerca da política de aquisição de acervo no Museu Paulista (1990-2015)*, defendida pelo autor deste artigo no Programa de Pós-graduação Interunidades em Museologia da Universidade de São Paulo.

PALAVRAS-CHAVE

Museus de história. Acervo museológico. Administração de museus.

COLLECTION ACQUISITION POLICIES: INSTRUMENTS OF MANAGEMENT AND INSTITUTIONAL MEMORY

LEONARDO DA SILVA VIEIRA

ABSTRACT

This article discusses the importance of documents related to the management of museum collections, especially in what concerns the patterns and methods of its acquisitions for rationalization and the memory of institutional practices. Finally, we share some data obtained during the master's thesis entitled *Notes on the collection acquisition policy at Museu Paulista (1990–2015)*, defended by the author of this paper at the Graduate Program in Museology between units of University of São Paulo.

KEYWORDS

History museums. Museum collection. Museum management.

1 INTRODUÇÃO

A preocupação com a gestão dos acervos museológicos tem sido objeto de debate entre os profissionais deste campo desde o momento em que os museus surgiram. Afinal, tais instituições devem sua especificidade à relação instituída historicamente entre si com o patrimônio cultural que possuem.

> No museu nos defrontamos com *objetos enquanto objetos,* em suas múltiplas significações e funções – ao contrário, por exemplo, do que ocorre num supermercado. Objetos de nosso cotidiano (mas fora desse contexto e, portanto, capazes de atrair a observação) ou estranhos à vida corrente (capazes, por isso, de incorporar à minha as experiências alheias). Doutra parte, é a função documental do museu (por via de um acervo, completado por bancos de dados) que garante não só a democratização da experiência e do conhecimento humanos e da fruição diferencial de bens, como, ainda, a possibilidade de fazer com que a mudança – atributo capital de toda realidade humana – deixe de ser um salto do escuro para o vazio e passe a ser inteligível (MENESES, 1994, p. 12).

Dessa forma, questões envolvendo a aquisição de acervo, sua documentação e conservação, sempre foram temas presentes no cenário museológico. A forma com que cada instituição empreende as atividades relacionadas à gestão de acervo é geralmente estabelecida a partir do

programa de acervo do museu:

> O Programa de Acervo ocupa-se de questões relacionadas à aquisição, à documentação, à conservação, à guarda, à restauração e ao descarte. O programa apresenta, em linhas gerais, as bases que definem o acervo do museu, tendo em vista sua diversidade tipológica, sua temática central e as formas e possibilidades de expansão (PADILHA, 2014, p. 26).

Nem sempre tal documento irá possuir esta denominação específica, podendo em certos casos estes direcionamentos estarem no bojo do plano museológico da instituição. Independentemente da denominação, tal documento constitui item indispensável por proporcionar a racionalização do trabalho institucional e, consequentemente, maior eficácia em suas ações.

Um item muito importante para o programa de acervo de qualquer museu é a política de aquisição de acervo estabelecida pela instituição. Este é um item de fundamental importância, pois, de acordo com pressupostos contemporâneos, será ele que irá direcionar as atividades de coleta e recebimento de coleções conforme o propósito de cada museu:

> No que tange aos procedimentos da política de gestão de acervo, destaca-se a política de aquisição e descarte, ação que constrói critérios para determinar qual objeto deve ser incorporado ao acervo museológico e qual deve ser dado baixa da instituição. Para tais definições, é necessário o reconhecimento do objeto ou da coleção com a finalidade e a missão do museu que pretende incorporá-lo (PADILHA, 2014, p. 27).

Outras justificativas contribuem para a importância da política de aquisição de acervos para além do âmbito gerencial, tais como a transparência dos critérios e posturas institucionais e a possibilidade de constituírem importante material para a memória institucional e dos processos museológicos.

Neste texto apresentaremos um breve histórico do processo de surgimento e valorização desta documentação por organismos profissionais e instituições museológicas, além de demonstrarmos seu potencial para pesquisas realizadas no campo da museologia e do estudo de museus e coleções.

2 O SURGIMENTO DA PREOCUPAÇÃO COM NORMATIVAS RELACIONADAS À AQUISIÇÃO DE ACERVO

O campo científico e profissional da Museologia, durante a segunda metade do século XX, foi alvo de um amplo movimento de renovação e de incentivo à racionalização e profissionalização de suas práticas. Tal movimento foi resultado de uma série de fatores que proporcionaram uma reflexão acerca das posturas conceituais e técnicas até então empreendidas no campo.

A criação do Conselho Internacional de Museus (Icom), em 1946, contribuiu enormemente para a profissionalização e uniformização das práticas de instituições museológicas. O Icom, mesmo não sendo uma instituição acadêmica, empreendeu uma série de esforços visando uma melhor explicitação conceitual da definição da Museologia enquanto ciência e também a implantação de uma série de instrumentos de gestão das instituições.

Dentre tais instrumentos destacamos neste texto dois documentos de importância fundamental para o gerenciamento das instituições museológicas e, especificamente, das coleções museológicas sob sua guarda: tratam-se do Plano Museológico e da Política de Aquisição de Acervo. O Icom tem incentivado formalmente a criação destes documentos por parte dos museus desde os anos de 1970 através, essencialmente, de suas normativas oficiais.

Em 1970, o Icom publicou a primeira versão do *Ethics of Acquisition*, um dos primeiros documentos normativos do Conselho e que se propunha a ser um norte para as instituições no que concerne às questões éticas relacionadas à aquisição de acervo:

> *Whatever the subject matter or discipline of the museum and wherever it may be situated in the world, certain principles of ethics and professional integrity in relation to acquisition can be presumed to be applicable. Briefly, this means there must be a full, clear and satisfactory documentation in relation to the origin of any object to be acquired.*

> *This is quite as important for an object generally classified in the category of art as for an object of archaeology, of ethnology, or of national and natural history* [1] (ICOM, 1970, p. 1).

Como percebido a partir da leitura do trecho acima, o *Ethics of Acquisition* dá grande ênfase para a importância da documentação do item a ser adquirido pelos museus, o que se justifica devido a um esforço internacional de combate ao tráfico de obras de arte e bens culturais. Neste âmbito, cabe citarmos a *Convention on the Means of Prohibiting and Preventing the Illicit Import, Export and Transfer of Ownership of Cultural Property*, editada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) no ano de 1970, que proporcionou o estabelecimento de uma série de medidas padrão para que profissionais e instituições museológicas contribuíssem para a diminuição do tráfico internacional de bens culturais.

> *The Convention came at a time when public appreciation of the damage caused by unlawful trade was beginning to emerge. For example, Coggins had begun her exposé of the market for pre-Columbian antiquities; Meyer was to publish his seminal work, The Plundered Past: The Traffic in Art Treasures, a few years later. Colonialism was disappearing and the newly independent states of Africa and Asia were experiencing destruction of sites and monuments through clandestine excavation and subsequent export of what was found. Museums, and dedicated professionals within them, realized that they had not only an obligation not to benefit from unlawful trade but also to set a standard in their acquisitions. The Convention gave them a public means of doing this even when governments did nothing* [2] (O'KEEFE, 1998, p. 20).

1. Tradução livre: "Qualquer que seja o assunto ou disciplina do museu e onde quer que ele esteja situado no mundo, certos princípios de ética e integridade profissional em relação à aquisição podem ser presumidos como aplicáveis. Resumidamente, isso significa que deve haver uma documentação completa, clara e satisfatória em relação à origem de qualquer objeto a ser adquirido. Isso é tão importante para um objeto geralmente classificado na categoria de arte quanto para um objeto de arqueologia, de etnologia ou de história nacional e natural".
2. Tradução livre: "A Convenção aconteceu em um momento em que a apreciação pública dos danos causados pelo comércio ilegal estava começando a surgir. Por exemplo, Coggins começou sua exposição do mercado de antiguidades pré-colombianas; Meyer publicará seu trabalho seminal, *The Plundered Past: The Traffic in Art Treasures*, alguns anos depois. O colonialismo estava desaparecendo e os estados recém-independentes da África e da Ásia estavam experimentando a destruição de locais e monumentos através de escavações clandestinas e subsequente exportação do que foi encontrado. Os museus, e profissionais dedicados dentro deles, perceberam que tinham não apenas a obrigação de não se beneficiar do comércio ilegal, mas também de estabelecer um padrão em suas aquisições. A Convenção deu a eles um meio público de fazer isso, mesmo quando os governos não fizeram nada".

É importante citarmos que a ocorrência da Segunda Guerra Mundial contribuiu decisivamente para que organismos internacionais, países e museus direcionassem suas atenções para a criação de instrumentos de controle de coleções:

> *The Second World War confronted museums with fundamental problems like the repatriation of looted, or otherwise misappropriated, museum collections and cultural property. In reaction to these emerging problems, conventions like "The Hague Convention" of 1954, for the protection of cultural centres in case of an armed conflict, and the "UNESCO Convention on the Means of Prohibiting and Preventing the Illicit Import, Export and Transfer of Cultural Property" were adopted. In addition, ethical codes were developed and adopted* […][3] (SCHMIDT, 1992, p. 257).

O Icom, desde seu primeiro encontro em 1947, na Cidade do México, tem expressado sua preocupação com relação a escavações e exportações ilegais de bens culturais. Porém, a partir de 1970 o Conselho empreendeu uma campanha internacional de conscientização dos profissionais de museus no que concerne às questões éticas da aquisição de acervo. De acordo com O'Keefe, "*The 1986 code of ethics thus should be seen as the culmination of a long process of debate and study of desirable practice*"[4] (O'KEEFE, 1998, p. 22).

O *Code of Professional Ethics*, mencionado por O'Keefe, constitui o primeiro documento do gênero publicado pelo Conselho e foi adotado durante a XV Conferência Geral do Icom em 1986, na cidade de Buenos Aires, Argentina. O código se propõe a ser uma referência para os profissionais e instituições do campo museológico no que se refere a questões como gestão museológica, definição da missão da instituição, de sua política educacional, financeira e de acervo. Sobre este último item, que mais nos interessa neste texto, o Icom afirma:

3. Tradução livre: "A Segunda Guerra Mundial fez com que os museus enfrentassem problemas fundamentais, como a repatriação de coleções de museus e bens culturais saqueados ou apropriadamente desviados. Em reação a esses problemas emergentes, convenções como a 'Convenção de Haia' de 1954, para a proteção de centros culturais em caso de conflito armado, e a 'Convenção da UNESCO sobre os Meios de Proibição e Prevenção da Importação, Exportação e Transferência Ilícita de Propriedade Cultural' foram adotadas. Além disso, códigos de ética foram desenvolvidos e adotados".
4. Tradução livre: "O código de ética de 1986 deve, portanto, ser visto como a culminação de um longo processo de debate e estudo da prática desejável".

> *Each museum should have a written constitution or another document setting out clearly its legal status and permanent, non-profit nature, drawn up in accordance with appropriate national laws in relation to museums, the cultural heritage, and non-profit institutions. The governing body or other controlling authority of a museum should prepare and publicize a clear statement of the aims, objectives and policies of the museum* [incluindo a política de aquisição de acervo]*, and of the role and composition of the governing body itself*[5] (ICOM, 1987, p. 17).

Podemos afirmar, portanto, que o surgimento de políticas de aquisição de acervo formalmente estabelecidas pelas instituições museológicas deu-se essencialmente a partir da busca de padrões profissionais e éticos para o gerenciamento das instituições e de seus acervos. É interessante comentarmos sobre a experiência do instituto *Smithsonian* na elaboração de critérios para a gestão de acervo. Steven Lubar afirma que tais normativas surgiram como fruto de ações que visavam a despersonalização na tomada de decisões relativas à aquisição de acervo (LUBAR, 2015).

O *Smithsonian*, até meados da década de 1970, delegava a responsabilidade por suas ações de pesquisa exclusivamente aos curadores, fazendo com que eles fossem os únicos responsáveis pela aquisição de coleções – sendo estas o ponto de partida para a pesquisa desenvolvida na instituição. Porém, as décadas de 1970 e 1980 presenciaram o crescimento pelo interesse na chamada história social e em objetos de pesquisa que abarcassem as mais variadas populações e questões constituintes do tecido social. Tal fato proporcionará um questionamento profundo acerca dos padrões de aquisição de acervo na instituição:

> *The curators' collecting logic went something like this: The Smithsonian must focus on research; museum research relied on collections; collections were for research; and the curator was the person who did that work. And he (or, very infrequently, she) should do it without much oversight.*

5. Tradução livre: "Cada museu deve ter uma constituição escrita ou outro documento estabelecendo claramente seu status legal e permanente, sem fins lucrativos, elaborado de acordo com a legislação nacional relacionada aos museus, à herança cultural e às instituições sem fins lucrativos. A direção ou outra autoridade controladora de um museu deve preparar e divulgar uma declaração clara dos propósitos, objetivos e políticas do museu, e do papel e composição da própria equipe gestora".

> *And while that might have made sense for natural history collections, it never worked very well for history and technology: curatorial research collections were, generally, too narrow to answer big historical questions or support exhibitions of interest to the general public*[6] (LUBAR, 2015, p. 86).

Devemos pontuar, porém, que outras questões também propiciaram o surgimento destas normativas em meados da segunda metade do século XX, dentre elas a mudança de foco dos museus com relação às suas atividades e a preocupação com o crescimento dos acervos institucionais: "*Concerns about the value of collections, lack of space, new controls, and especially new approaches to history, led curators to develop a new kind of collecting*[7]" (LUBAR, 2015, p. 93).

Como também pontuado por Stephen Weil, os museus ao longo da segunda metade do século XX redirecionaram seus esforços institucionais das atividades de gestão e conservação de acervos para as atividades de extroversão das coleções e do conhecimento gerado pelos museus, sendo estas últimas empreendidas considerando as novas questões colocadas pela história social.

> […] *the nature of institutional collecting has changed almost completely during the years that I've been involved with museums.*
> *Three factors, I think, primarily account for that change: First, it was only since the '1960s and with the introduction of more modern management methods that museums began to recognize the exponential rate at which their collections were tending to grow and the enormous economic burden represented by those collections* […]. *Second, during the same period, the legal rules applicable to a variety of objects – particularly objects of foreign origin – proliferated enormously* […] *Third, and most important, the very*

6. Tradução livre: "A lógica de colecionamento dos curadores foi mais ou menos assim: o Smithsonian deve se concentrar na pesquisa; a pesquisa em museus dependia de coleções; as coleções eram para pesquisa; e o curador foi a pessoa que fez esse trabalho. E ele (ou, muito raramente, ela) deveria fazê-lo sem muita supervisão. E embora isso possa ter feito sentido para coleções de história natural, nunca funcionou muito bem para coleções históricas e tecnológicas: as coleções resultantes de pesquisas curatoriais eram, em geral, limitadas demais para responder a grandes questões históricas ou apoiar exposições de interesse do público em geral".
7. Tradução livre: "Preocupações sobre o valor das coleções, falta de espaço, novos controles e, especialmente, novas abordagens para a história, levaram os curadores a desenvolver um novo tipo de colecionamento".

> *nature of museums themselves underwent an almost complete transformation, in which their focus changed from an inward concentration on their collection to a newly articulated outward concentration on the various publics and communities that they served*[8] (WEIL, 2002, p. 141-142).

Nas palavras de Lubar,

> *Collections remained important, but beginning in the 1970s they no longer seemed as useful as they once had. Demands for social inclusion and for new kinds of exhibits challenged the centrality of collections to the museum's work*[9] (LUBAR, 2015, p. 89).

Para além das questões de ordem conceitual, a racionalização dos processos de aquisição de acervo foi empreendida objetivando também uma melhor gestão dos recursos financeiros e espaciais das instituições museológicas, tendo em vista o alto custo demandado para aquisição e manutenção dos acervos e a falta de espaço característico de boa parte das reservas técnicas institucionais.

Cabe citarmos o estudo de Lord e Nicks, no qual os autores demonstram que a taxa de crescimento médio dos acervos museológicos oscilava em torno de 1,5% ao ano, o que possibilitaria que as coleções pudessem dobrar de tamanho a cada cinquenta anos. Como resposta a esta situação, os museus iniciaram um maior controle acerca da aquisição de acervo e, principalmente, preocupando-se com a relação existente entre as coleções a serem incorporadas e os propósitos institucionais (LORD; NICKS apud WEIL, 2002).

8. Tradução livre: "[…] a natureza do colecionamento institucional mudou quase completamente durante os anos em que estive envolvido com os museus. Três fatores, eu acho, essencialmente explicam essa mudança: primeiro, foi somente a partir dos anos 1960 e com a introdução de métodos de gestão mais modernos que os museus começaram a reconhecer a tendência de crescimento exponencial de suas coleções e o enorme encargo econômico por ela representado […]. Segundo, durante o mesmo período, as regras legais aplicáveis a uma variedade de objetos – particularmente objetos de origem estrangeira – proliferaram enormemente […] Terceiro, e mais importante, a própria natureza dos museus sofreu uma transformação quase completa, na qual seu foco mudou de uma concentração interna em sua coleção para uma concentração externa recém-articulada nos vários públicos e comunidades que serviam".
9. Tradução livre: "As coleções continuaram importantes, mas a partir da década de 1970 elas não pareciam mais tão úteis quanto antes. Demandas por inclusão social e por novos tipos de exposições desafiaram a centralidade das coleções para o trabalho do museu".

3 DOCUMENTOS DE GESTÃO DE ACERVO HOJE: IMPORTÂNCIA GERENCIAL E DOCUMENTAL

Ao longo das últimas décadas do século XX e primeiras do século XXI tem se dado cada vez mais ênfase à importância de documentos que estabeleçam os critérios institucionais para a aquisição de acervo tendo em vista diversos propósitos, relacionados, em grande medida, a práticas gerenciais otimizadas. Esta ênfase tem se traduzido em uma série de publicações e normativas de órgãos do campo museológico que discutem a elaboração e implementação destes documentos.

No cenário nacional, a Lei 11.904/2009, que institui o Estatuto Brasileiro de Museus, define que

> Art. 38. Os museus deverão formular, aprovar ou, quando cabível, propor, para aprovação da entidade de que dependa, uma política de aquisições e descartes de bens culturais, atualizada periodicamente (BRASIL, 2009).

A Lei disserta também sobre a relação indissociável entre aquisição de acervo e as atividades de pesquisa empreendidas pela instituição.

> Art. 28. O estudo e a pesquisa fundamentam as ações desenvolvidas em todas as áreas dos museus, no cumprimento das suas múltiplas competências.
>
> § 1º O estudo e a pesquisa nortearão a política de aquisições e descartes, a identificação e caracterização dos bens culturais incorporados ou incorporáveis e as atividades com fins de documentação, de conservação, de interpretação e exposição e de educação (BRASIL, 2009).

Na dissertação *Políticas de gestão de acervos, instrumentos auxiliares na tomada de decisão: análises de documentos disponibilizados por museus brasileiros na web,* Raquel França Garcia Augustin, como explicitado no título, empreende uma análise da documentação normativa relacionada à gestão de acervos das seguintes instituições museológicas: o Museu de Astronomia e Ciências Afins, o Museu Paraense Emílio Goeldi, a Casa de Oswaldo Cruz e a Fundação Joaquim Nabuco (AUGUSTIN, 2017).

Em seu texto, Augustin reforça a importância de tais documentos para a tomada de decisão em âmbito institucional, para a memória dos padrões e procedimentos basilares das instituições museológicas e para a

transparência das práticas institucionais com relação à sociedade. Devemos salientar que a preocupação principal da autora foi a de compreender como tais documentos versavam sobre as etapas constituintes do processo de gestão de acervos, como apresentação do acervo, aquisição e alienação, documentação, conservação e empréstimo dos itens musealizados.

Do trabalho de Augustin cabe salientar, de acordo com o propósito deste artigo, a discussão que a autora desenvolve com relação à noção dos documentos normativos da gestão de acervos como fonte de informação e de memória institucional.

> Esse afinal é um dos objetivos das políticas de gestão de acervos: constituírem-se enquanto fontes de informação ativas na instituição, com uso efetivo pelos funcionários para apoio à tomada de decisão. Como fontes primárias, impessoais, formais e internas, as políticas se constituem documentos confiáveis aos indivíduos, apresentando as diretrizes referentes aos processos de aquisição, documentação, conservação, empréstimo e alienação dos acervos da instituição. Dessa forma, são relevantes à elaboração de protocolos de procedimentos referentes a esses processos e à execução de tais processos, devendo ser geridas para que sejam disseminadas aos indivíduos que delas necessitem (AUGUSTIN, 2017, p. 30).

Para além do caráter gerencial, gostaríamos de chamar atenção também para o caráter informacional que tais documentos possuem e a possibilidade extraordinária de constituírem fontes para a construção do conhecimento acerca dos processos museológicos e das práticas institucionais. É necessário também pontuar, para o cumprimento de tais objetivos, que em conjunto às políticas de aquisição formalmente estabelecidas encontram-se os documentos que atestam as decisões e escolhas tomadas durante os processos de aquisição de acervo pelas instituições.

Ainda que a bibliografia nacional a respeito deste tema seja escassa, podemos apontar alguns autores e trabalhos recentes que se destacam. José Neves Bittencourt talvez seja o pesquisador brasileiro que mais tem explorado o potencial informativo de tal documentação e tem se empenhado na sistematização de categorias analíticas.

No artigo "Examinando a Política de Aquisição do Museu Histórico Nacional", Bittencourt, em conjunto com as pesquisadoras Lia Silvia P.

Fernandes e Vera Lúcia Bottrel Tostes, analisa a prática de aquisição de acervo da instituição em questão ao longo de sua fundação até os anos 1990. Tal investigação foi realizada, essencialmente, a partir da documentação constituinte dos processos de aquisição de acervo do museu (BITTENCOURT; FERNANDES; TOSTES, 1995).

Os autores estabelecem as principais características das coleções incorporadas pelo Museu Histórico Nacional (MHN), relacionando-as com as posturas intelectuais e museológicas balizadoras do trabalho institucional: os autores afirmam que desde a sua fundação até as décadas finais do século XX a política de aquisição de acervo da instituição permaneceu essencialmente a mesma, a qual estava alinhada à temática institucional: centrada nos grandes vultos e acontecimentos históricos. É interessante pontuarmos que tal fato se observa tanto a partir das aquisições por compra quanto por doações, sendo estas oriundas de doadores ilustres e anônimos:

> O caráter dos objetos doados é o mesmo daqueles relacionados nas "grandes doações": objetos entendidos como "históricos", ou seja, ligados de alguma forma a fatos ou figuras "históricas", ou que, mesmo não tendo ligação perceptível com um destes dois eixos, expressassem a "erudição" e o "bom gosto" do doador e/ou de seus antepassados. Podemos dizer que, até recentemente, eram estes os dois eixos sobre os quais caminhava a política de aquisição: os objetos ou eram históricos ou preciosos. Via de regra, eram as duas coisas (BITTENCOURT; FERNANDES; TOSTES, 1995, p. 69-70).

Será somente a partir de meados da década de 1980 que tal situação se alterará significativamente, como consequência da reforma institucional pela qual passou o MHN em 1984. Sobre esta reforma, os autores afirmam:

> Tratava-se de uma ampla reorganização de todos os setores da Instituição, que visava sobretudo à reforma da exposição permanente. O circuito planejado implicava profunda mudança de concepção, a primeira pensada para o Museu Histórico Nacional, desde sua fundação. Optou-se por abandonar a noção de história como produto da ação de grandes personagens, cristalizada em eventos destacados. Buscou-se uma abordagem histórica onde as noções de estrutura e de movimento histórico orientassem a construção do circuito de exposição (BITTENCOURT; FERNANDES; TOSTES, 1995, p. 72-73).

Consequentemente, o acervo incorporado pela instituição pós 1984 começa a apresentar significativas divergências com relação ao acervo adquirido nos anos anteriores:

> Cabe aqui apontar dois fatos significativos. O primeiro é a entrada de objetos que, pelos critérios até então adotados pela Instituição, não caberiam nela. É o caso, por exemplo, de uma coleção de ferramentas para trabalho em madeira, comprada em 1986, de uma coleção de equipamentos para beneficiamento de café, depositada no museu por uma instituição paulista, com o fim de figurar na exposição permanente, e de objetos de imigrantes europeus e japoneses. São itens ligados ao trabalho e à vida cotidiana e, até então, os registros de aquisição por compra, por doação e por transferência não registram qualquer caso precedente. Também começam a ser registrados no acervo objetos como brinquedos, itens ligados ao lazer, instrumentos de comunicação e de transportes e de uso doméstico (alguns são comprados pelo Museu) (BITTENCOURT; FERNANDES; TOSTES, 1995, p. 73).

Cabe citarmos também o texto "Belo Horizonte: o museu histórico da cidade e sua atual política de acervo", no qual Bittencourt, ao lado de Thaïs Velloso Cougo Pimentel e Luciana Maria Abdalla Ferron, empreende uma análise metodologicamente similar, tendo desta vez, porém, o Museu Histórico Abílio Barreto como objeto de estudo (PIMENTEL; BITTENCOURT; FERRON, 2010).

Outros pesquisadores brasileiros têm empreendido discussões e análises acerca das políticas de aquisição de acervo de diversas outras instituições museológicas. Cabe destacar os recentes trabalhos de Carlos Henrique Gomes da Silva e Poliana Ferreira Rocha.

A dissertação de Carlos Henrique Gomes da Silva, intitulada *O Estado Novo (1937-1945) e a política de aquisição de acervo do Museu Nacional de Belas Artes (MNBA)*, apresenta uma análise descritiva e crítica da aquisição de acervo do MNBA, relacionando-a com a política cultural e ideologia do governo varguista (SILVA, 2013).

Em sua dissertação, Silva utiliza fontes escritas constituintes dos processos de aquisição de acervo e do setor de documentação da instituição-objeto da pesquisa: propostas de aquisição, pareceres institucionais,

cartas entre funcionários do museu e entre instâncias superiores, o Livro de Entrada de obras de arte, o Livro de Inventário, o Livro de Registro e a base de dados DONATO 3.0.

A análise da documentação delineada acima permitiu ao pesquisador reconhecer padrões na prática de aquisição de acervo da instituição: de acordo com os dados expostos na dissertação, o MNBA privilegiou a aquisição de acervo artístico nacional durante os anos de 1937 a 1939, e durante os anos de 1940 a 1945, de obras de artistas estrangeiros. O pesquisador, porém, destaca que mesmo com o predomínio da arte estrangeira na primeira metade da década de 1940, "quando dispostos os dados no conjunto total, o maior volume fica com a arte brasileira" (SILVA, 2013, p. 92).

Para o autor tais fatos demonstram o caráter nacionalista das políticas governamentais durante o período abordado:

> [durante o período de 1937 a 1939] O objetivo era privilegiar os valores artísticos, sugerindo a existência de uma política de aquisição no período, voltada à arte e ao artista nacional […].
>
> Quando nos voltamos para as aquisições dos anos de 1940 a 1945, o conteúdo artístico torna-se mais diversificado, em comparação aos anos anteriores (1937-39). O período marca o momento de equilíbrio entre arte brasileira, ainda com volume um pouco maior, e arte estrangeira. Esse resultado é decorrência da cautela na avaliação, efeito do conflito mundial e das prováveis ofertas de obras de arte de origem duvidosa, a contar pelos processos indeferidos (SILVA, 2013, p. 94).

É interessante salientarmos que em sua análise Silva se utiliza também da documentação dos processos de aquisição de acervo que foram indeferidos pela instituição. Ao abordar analiticamente os processos indeferidos, o pesquisador demonstra a importância para a instituição das informações de proveniência e autenticidade do item a ser adquirido. Tal situação se deve, em grande medida, à delicada circunstância dos bens culturais imposta pela Segunda Guerra Mundial, como explicado em momento anterior deste texto.

Poliana Ferreira Rocha contribuiu para área de estudos relacionados à gestão de acervo a partir de sua monografia do curso de Museologia da Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília, intitulada

Coleção Stella Maris da Casa da Cultura da América Latina: análise da aquisição e do descarte (2001-2013) (ROCHA, 2013).

Em seu trabalho, a museóloga, utilizando-se de metodologia qualitativa – revisão bibliográfica, entrevistas e levantamento documental e de dados sobre o acervo –, empreende uma descrição do processo de criação da Casa da Cultura da América Latina (CAL) e focaliza suas análises nas concepções teóricas acerca da aquisição de acervos em instituições museológicas e da prática empreendida na CAL, principalmente no que concerne ao processo de aquisição da coleção Stella Maris.

O trabalho de Rocha destaca-se por valer-se de um amplo referencial teórico, no qual a autora apresenta e discute inúmeros conceitos de autores importantes do campo da museologia e daqueles que, em especial, trabalham o tema da aquisição de acervo em suas obras. O trabalho também se destaca por constituir uma análise descritiva minuciosa a respeito do processo de doação de uma coleção específica.

4 MUSEU PAULISTA: REORGANIZAÇÃO CONCEITUAL E AQUISIÇÃO DE ACERVO

As questões esboçadas até o momento neste texto foram maturadas durante a pesquisa intitulada *Apontamentos acerca da política de aquisição de acervo no Museu Paulista (1990-2015)* (VIEIRA, 2018). O objetivo desta pesquisa foi analisar a política de aquisição de acervo do museu, tanto em seu aspecto formal, a partir da análise da documentação normativa institucional, quanto em seu aspecto prático, com base nos processos de aquisição de acervo, nas cartas de doações e nos relatórios anuais do museu. O recorte cronológico da pesquisa refere-se ao período de 1990 a 2015.

Cabe informar que tal política foi implementada a partir do desenvolvimento do Plano Diretor da instituição, em 1990, por seu então diretor o professor Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses. Tal documento foi responsável por delinear a atuação institucional a partir de conceitos e metodologias contemporâneas à elaboração do documento[10].

A pesquisa demonstrou que o Plano Diretor do Museu Paulista, em paralelo com processos similares ocorridos em outras instituições

10. Para uma análise detalhada do Plano Diretor do Museu Paulista, cf. Vieira (2017).

museológicas nacionais, como apresentado até o momento, consistiu em uma racionalização das práticas institucionais e uma "reorganização conceitual" do museu (BARBUY; ORNSTEIN, 2015, p. 256). Tendo como ponto de partida a Resolução GR-3.560, de 11/08/89, que determinou a transferência do Museu Paulista para o novo Museu de Arqueologia e Etnologia da USP, do acervo, pessoal técnico-científico, projetos etc., de natureza antropológica, o documento de 1990 consistiu na etapa final do processo de especialização iniciado no museu nas primeiras décadas do século XX[11].

Além de delimitar a atuação institucional no campo da História, o Plano Diretor incorpora uma série de posturas oriundas de discussões do campo historiográfico e museológico que dizem respeito à ampliação dos objetos e das fontes de estudo para a pesquisa histórica. Dentre tais posturas podemos citar a noção de processo histórico e de uma história coletiva:

> Seus compromissos fundamentais, portanto, devem dizer respeito a questões históricas (isto é, relativas ao fenômeno da mudança), especificamente aquelas que a curadoria puder cobrir e, como óbvio, centradas na sociedade brasileira (e seu segmento paulista), sem preconceitos cronológicos (MENESES, 1990, p. 2).

Outro ponto estabelecido pelo Plano Diretor, que reflete muito bem a nova política institucional, refere-se à tipologia de acervo a ser incorporado pela instituição:

> A especificidade do museu deriva do acervo, mas a especificidade do acervo deve derivar não de qualquer propósito taxonômico, mas de uma determinada problemática científica (no caso, histórica), que tal acervo permite cobrir. Por esta razão, o acervo tem que ter organicidade, coerência e amplitude e incluir não "objetos históricos", obrigatoriamente marcados por atributos particulares, mas quaisquer suportes materiais de informação pertinentes aos problemas históricos em causa. Daí porque a ampliação do acervo do Museu Paulista deverá ser desenvolvida apenas nos quadros da pesquisa em torno dos três eixos propostos (item 3) e terá que assumir postura ativa, quer na coleta de campo, quer na indução de doações (com a caracterização explícita das categorias de interesses institucional) (MENESES, 1990, p. 3-4).

11. Sobre este tópico, cf. os trabalhos de Alves (2001) e Brefe (1999).

Ao considerar a aquisição de qualquer suporte material de informação, a instituição abre suas portas para as mais diversas tipologias de objetos, contribuindo para que objetos presentes no cotidiano de boa parcela dos grupos sociais sejam musealizados e empregados nas atividades de pesquisa e exposição do museu. Sobre tal tópico, Heloisa Barbuy afirma:

> Quanto aos acervos, esses movimentos [da Nova Museologia e da Nova História] promoveram a inserção, nos museus, de novos tipos de objetos. Nos museus de história, estes movimentos, associados à difusão também intensa da Nova História, dentro e fora dos meios acadêmicos, fizeram com que objetos do cotidiano, antes considerados desinteressantes, passassem a ser peças de museu em potencial, exatamente por sua representatividade cultural, detectada pelo desenvolvimento de pesquisas com novos objetivos e novos universos (BARBUY, 2010, s/p).

Além disso, a instituição das linhas de pesquisa a seguir foi fundamental para tal propósito:

> I. Quotidiano e sociedade (papéis sexuais, etários e enculturação)
> II. Universo do trabalho (pré e protoindustrial)
> III. Imaginário (os vetores materiais do sentido) (MENESES, 1990, p. 3).

A análise da documentação relativa aos processos de aquisição de acervo do período estudado, empreendidos tanto por compra direta quanto por doação, demonstra que uma ampla gama de tipologias documentais foi acrescentada ao acervo da instituição. Dentre tais tipologias destacam-se as diversas coleções de fotografias, cartões postais e objetos de cunho doméstico.

Aproximadamente metade das coleções incorporadas pelo Museu Paulista possuem fotografias de diversos formatos ou cartões postais, em sua totalidade ou em parte, fazendo com que o museu se tornasse dono de uma das maiores coleções públicas do gênero no país. Tematicamente, em tais objetos são representados aspectos da urbanização da cidade de São Paulo e arredores, retratos de figuras proeminentes da sociedade paulistana e também de anônimos, a importância do Parque e do Monumento da Independência – prédio que abriga o Museu Paulista – para a dinâmica recreativa da cidade, entre muitos outros.

É importante citarmos que o projeto "Banco de Dados Iconográficos", financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e

Tecnológico (CNPq) e desenvolvido na instituição paulista entre os anos de 1992 e 1995, foi responsável por impulsionar e justificar de maneira decisiva as aquisições de coleções fotográficas:

> Seu objetivo central era a formatação de um banco de dados, que referenciasse coleções dispersas em inúmeras instituições, segundo recortes cronológicos e tipológicos, e que propiciasse o desenvolvimento de problemáticas ligadas às linhas de pesquisa da instituição: Iconografia Publicitária (espaço doméstico); Iconografia Fotográfica Urbana (álbuns de família e cartões postais) e Iconografia Impressa (caricatura) (MAKINO *et al*., 2003, p. 266).

Cabe destacar também que a instituição recebeu importantes coleções relacionadas à linha de pesquisa "Universo do Trabalho", ainda que em bem menor número do que as coleções relacionadas às outras duas linhas de pesquisa da instituição[12]. Neste âmbito, destaco as coleções de bordados e insígnias da empresa Flieg e de material fotográfico e impresso sobre a construção da Estrada de Ferro Madeira e Mamoré. Esta última possui aproximadamente 210 fotografias da construção da Estrada e um impresso denominado *Souvenir – Re-Union of Survivors of the Madeira-Mamoré Amazon Jungle Expedition of 30 Years Ago at the New York World's Fair. September 1, 1939*, que comemora o reencontro, ocorrido em 1939, dos americanos que participaram da construção da referida ferrovia:

> Documentar obras de arquitetura e engenharia foi uma das atividades vigorosas da fotografia no século XIX e início do século XX. Este "gênero" fotográfico no acervo do Museu Paulista sofreu incrementos importantes, podendo-se destacar as fotografias da S.Paulo Railway (Santos-Jundiaí/1867) de Militão Augusto de Azevedo, da construção do Reservatório de Água da Cantareira (1893) de P. Doumet e da construção do edifício que abriga o Museu Paulista (1890) de G. Gaensly (Processo 2001.1.55.33.9, p. 7/SVDHICO-MP).

A coleção da empresa Flieg abarca 4.617 bordados de distintivos militares e policiais e emblemas de empresas e organizações diversas,

12. As aquisições relacionadas à linha de pesquisa "Cotidiano e Sociedade" e "História do Imaginário" correspondem, respectivamente, ao valor de 44% e 28% de todas as aquisições. A linha "Universo do Trabalho" corresponde a 11% do total, sendo que o restante corresponde a acervos incorporados por sua relação com projetos de pesquisa específicos desenvolvidos na instituição.

constituindo um rico material para que se possa discutir questões relacionadas à hierarquização dos cargos e funções e as diferenciações de gênero a partir da comunicação visual proporcionada por símbolos presentes na indumentária profissional (Processo 2014.1.462.33.6/SVDHICO-MP).

Por fim, gostaríamos de ressaltar novamente que os resultados da pesquisa demonstraram uma intensa relação das atividades empreendidas no Museu Paulista com processos ocorridos em diversas instituições similares nacionais e internacionais, como a busca pela padronização das atividades institucionais e o alargamento dos objetos e fontes de estudo para a pesquisa acadêmica.

Tais constatações puderam ser desenvolvidas, de maneira especial, a partir da análise da política de aquisição de acervo do museu, tanto em seu aspecto formal quanto cotidiano. Esta documentação mostrou-se essencial para a definição do percurso institucional na construção de um acervo que se propõe a caracterizar processos históricos relativos à população brasileira, paulista em especial. Reforça, dessa forma, os argumentos de valorização desta documentação expostos ao longo deste texto.

REFERÊNCIAS

ALVES, Ana Maria de Alencar. *O Ipiranga apropriado*: ciência, política e poder: o Museu Paulista, 1893-1922. São Paulo: Humanitas, 2001.

AUGUSTIN, Raquel F. Garcia. *Políticas de gestão de acervos, instrumentos auxiliares na tomada de decisão*: análises de documentos disponibilizados por museus brasileiros na web. 2017. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017. Disponível em: http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/BUBD-AP2GWR. Acesso em: 14 mar. 2019.

BARBUY, Heloisa. Resposta ao parecer exarado pela MD. Procuradora Dra. Christianne de Carvalho Stroppa e que fundamentou a aquisição de bens culturais pelo Museu Paulista em Processo MP n. 2009.1.355.33.0. [*S. l.*: *s. n.*], 2010. São Paulo: Museu Paulista, 2009.

BARBUY, Heloisa; ORNSTEIN, Sheila Walbe. Museu Paulista: contribuições acadêmicas e políticas públicas. *In*: GOLDEMBERG, José. (coord.). *USP 80 anos*. São Paulo: Edusp, 2015. p. 263-274.

BITTENCOURT, José N.; FERNANDES, Lia Silvia P.; TOSTES, Vera Lúcia B. Examinando a política de aquisição do Museu Histórico Nacional. *Anais do Museu Histórico Nacional*, Rio de Janeiro, v. 27, p. 61-77, 1995. Disponível em: https://politicadeacervos.files.wordpress.com/2015/08/anais-mhn-1995.pdf. Acesso em: 14 mar. 2019.

BRASIL. Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, p. 1, 15 jan. 2009.

BREFE, Ana Claudia F. *Um lugar de memória para a nação*: o Museu Paulista reinventado por Affonso d'Escragnolle Taunay (1917-1945). 1999. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS. *Ethics of acquisition*. Paris, 1970. Disponível em: http://archives.icom.museum/acquisition.html#1. Acesso em: 14 mar. 2019.

INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS. *ICOM Statutes*: Code of Professional Ethics. Paris: Icom, 1987.

LUBAR, Steven. Fifty years of collecting: curatorial philosophy at the National Museum of American History. *Federal History*, Washington, DC, n. 7, p. 82-99, 2015. Disponível em: http://www.shfg.org/resources/Documents/FH%207%20(2015)%20Lubar.pdf. Acesso em: 14 mar. 2019.

MAKINO, Miyoko; SILVA, Shirley R.; LIMA, Solange F.; CARVALHO, Vânia C. O Serviço de Documentação Textual e Iconografia do Museu Paulista. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 258-304, 2003. Disponível em: http://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/5390. Acesso em: 14 mar. 2019.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. *Plano Diretor do Museu Paulista da USP*. São Paulo: Museu Paulista, 1990.

MENESES, Ulpiano. T. Bezerra de. Do teatro da memória ao laboratório da história: a exposição museológica e o conhecimento histórico. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 9-42,1994. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/anaismp/v2n1/a02v2n1.pdf. Acesso em: 14 mar. 2019.

MUSEU PAULISTA. Processo nº 2014.1.462.33.6. São Paulo: Museu Paulista, 2014.

MUSEU PAULISTA. Processo 2001.1.55.33.9. São Paulo: Museu Paulista, 2001.

O'KEEFE, Patrick. J. Museum acquisitions policies and the 1970 Unesco Convention. *Museum International*, Abingdon, v. 50, n. 1, p. 20-24, 1998. Disponível em: https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1111/1468-0033.00131. Acesso em: 14 mar. 2019.

PADILHA, Renata. *Documentação museológica e gestão de acervos*. Florianópolis: FCC Edições, 2014. Coleção Estudos Museológicos, v. 2. Disponível em: http://samapa.com.br/samapa/wp-content/uploads/2018/03/documentacao-museologica-e-gestao-de-acervo.pdf. Acesso em: 14 mar. 2019.

PIMENTEL, Thaïs Velloso C.; BITTENCOURT, José N.; FERRON, Luciana Maria A. Belo Horizonte: o museu histórico da cidade e sua atual política de acervo. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, v. 50, p. 165-178, 2010. Disponível em: http://www.revistas.usp.br/rieb/article/download/34654/37392/. Acesso em: 14 mar. 2019.

ROCHA, Poliana F. *Coleção Stella Maris da Casa da Cultura da América Latina*: análise da aquisição e do descarte (2001-2013). 2013. Monografia (Bacharelado em Museologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2013. Disponível em: http://bdm.unb.br/handle/10483/6725. Acesso em: 14 mar. 2019.

SCHMIDT, Fenna. Codes of museum ethics and the financial pressures on museums. *Museum Management and Curatorship*, Amsterdam, v. 11, n. 3, p. 257-268, 1992. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/0964777592900376. Acesso em: 14 mar. 2019.

SILVA, Carlos H. Gomes da. *O Estado Novo (1937-1945) e a política de aquisição de acervo do Museu Nacional de Belas Artes*. 2013. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio)

– Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: http: //ppg-p-mus.mast.br/dissertacoes/carlos_henrique_gomes_da_silva.pdf. Acesso em: 14 mar. 2019.

VIEIRA, Leonardo da Silva. O plano diretor do Museu Paulista: definição de um museu histórico e de uma política de aquisição de acervo. *Ventilando Acervos*, Florianópolis, v. 5, n. 2, p. 78-95, 2017. Disponível em: http://ventilandoacervos.museus.gov.br/wp-content/uploads/2017/11/05.2.Artigo05.pdf. Acesso em: 14 mar. 2019.

VIEIRA, Leonardo da Silva. *Apontamentos acerca da política de aquisição de acervo no Museu Paulista (1990-2015).* 2018. Dissertação (Mestrado em Museologia) – Interunidades em Museologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/103/103131/tde-01102018-094720/. Acesso em: 5 jul. 2019.

WEIL, Stephen E. *Making Museums Matter.* Washington, DC: Smithsonian Books, 2002, p. 143.